



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1989

ANO XV

3. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 66.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1989.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Cândido Bastos, David Cheriegate, Gernote Kirinus, Homero Oguido, José Alves, José Rogério Carvalho, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo e Rafael Greca (11).

Verificada a existência de número legal. o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, o Projeto de Lei nº 177/85, constante da Ordem do Dia de hoje, em 1.

Discussão.

Sala das Sessões, em 20.09.89.
(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 sessões, o Projeto de Lei nº 123/87, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 20.09.89.
(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada a Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora HELENA CONSTANTINOPOLOS SEVERO, ocorrido no dia 15 de agosto de 1989, em Dois Vizinhos, Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada na cidade de Dois Vizinhos - Paraná, à Rua: Souza Naves, s/nº, Cidade Norte.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 15 de agosto de 1989, em Dois Vizinhos - Paraná, da ilustre funcionária pública estadual, HELENA CONSTANTINOPOLOS SEVERO, vem deixar uma lacuna irreparável na comunidade de Dois Vizinhos.

Gaúcha de Alegrete, nascida em 09 de agosto de 1929, deslocou-se ao Estado do Paraná, vindo diretamente para a cidade paranaense de Pato Branco, em 1960 ingressou no serviço público estadual, serventúria da justiça, foi titular do Cartório Cível da Comarca de Pato Branco.

Em meados de 1974 veio para a cidade paranaense de Dois Vizinhos, onde exerceu por mais de 13 anos a função de titular do Cartório Cível de Anexos da Comarca de Dois Vizinhos, onde marcou sua presença junto a todas as camadas sociais da população duovizinhense, pelo seu jeito simples, simpático e comunicativo!

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com o povo duovizinhense prestam através deste requerimento a sentida homenagem à funcionária pública estadual, amiga e servidora HELENA CONSTANTINOPOLOS SEVERO.

Dona Helena de Pato Branco,
de Dois Vizinhos e...de todos nós.
Com seu desaparecimento, aos 60 anos,
sua coragem e o seu serviço ficarão marca-
dos na história dos servidores públicos
paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1898

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no
uso de suas atribuições legais, garantidas
pela Constituição Federal em vigor, obede-
cendo as normas contidas no Regimento In-
terno, após ouvido o Douto Plenário, e
considerando as razões expendidas, REQUER,
seja inserido na Ata dos trabalhos da pre-
sente sessão, nossos votos de pesar, pelo
falecimento do Sr. IUCE SALLE, ocorrido em
1° do corrente mês, no Município de Ban-
deirantes.

Referida solicitação se faz em função
de que a referida pessoa prestou relevan-
tes serviços no município bandeirantense
na área da saúde, oferecendo atendimento
dos mais variados aos carentes da região
junto à Sociedade Hospitalar e Beneficente
Bandeirantes, onde dedicou-se durante 25
anos. Sua ausência sem sombra de dúvidas,
ficará marcada por todos do município.

Do presente, requer, se dê conhecimen-
to a Sra. Ana Belan Salle e família a Av.
Comendador Luiz Meneghel n° 575 - Bandei-
rantes-PR.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no
uso de suas atribuições regimentais, RE-
QUER que após ouvido o Douto Plenário, se-
jam enviados votos de congratulações a to-
dos os Vereadores da Câmara Municipal e ao
Prefeito de LUIZIANA, Sr. Nelson Tureck,
pela passagem do 1° aniversário de emanci-
pação político-administrativa do referido
município, no próximo dia 25 de setembro
do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de
votos de congratulações pelo transcurso do
DIA DO MÉDICO VETERINÁRIO, comemorado em
todo o País, em 09 de setembro.

Requer, ainda, que do presente se dê
ciência às seguintes entidades:

1) SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA VETE-
RINÁRIA

Pres. Dr. WALMIR KOWALESKI

Rua Mal. Deodoro, 497 - 9° andar S/92

80.020 - Curitiba - PR.

2) SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NO
PARANÁ

Pres. Dr. ÉLIO JOÃO VENTURA

Endereço: O mesmo acima.

3) CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERI-
NÁRIA - CRMV-3

Vice-Presidente Dr. YASUYOSHI HAYASHI

Rua Brasília Itiberê, 356

80.210 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja modi-
ficado de 120 (cento e vinte) para 45
(quarenta e cinco) dias o prazo constante
do requerimento protocolado pela D.A.P.
sob n° 01884, de 19 de setembro de 1989.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 1886

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso
de suas atribuições regimentais, REQUER,
após ouvido o Plenário seja feito a im-
plantação urgente do Fundo de Desenvolvi-
mento Comunitário - FUNDEC. A ser implan-
tado no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu,
localizado no Município de Dois Vizinhos -
PR, no sentido de auxiliar e desenvolver
as comunidades do Sudoeste paranaense.

Requer-se, também, que da decisão da
Casa, seja oficiado à Secretaria da Justi-
ça do Trabalho e da Ação Social do Estado
do Paraná, dando-se ciência deste ao Pre-
feito Municipal, Vice-Prefeito, Vereado-
res, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL
e PDS do Município de Dois Vizinhos, aos
Líderes do Distrito de Cruzeiro do Iguaçu,
à Rádio Educadora e ao Jornal Folha do Va-
le e aos demais jornais, rádios, revistas
e canais de televisão do Sudoeste do Para-
ná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Cruzeiro do Iguaçu, um dos Distritos
que formam o grande município de Dois Vi-
zinhos, localizado no Sudoeste paranaense.
Já muito bem estruturado, contando com
mais de três mil habitantes vem há muito
tempo reivindicando pela implantação do
Fundo de Desenvolvimento Comunitário -
FUNDEC. Cruzeiro do Iguaçu fica distante
do Município de Dois Vizinhos, aproxima-
mente vinte e dois quilômetros, vem ser
uma distância longa entre o Distrito e o
Município base, no que se refere ao desen-
volvimento comunitário.

Com a implantação do FUNDEC temos a certeza de que várias reivindicações como: proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores.

Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos.

Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas.

Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas.

A implantação do Fundo de Desenvolvimento Comunitário - FUNDEC traria o avanço no desenvolvimento comunitário da qual a comunidade de Cruzeiro do Iguaçu, necessita para integrar e tornar a vida de todos mais acessível.

REQUERIMENTO N° 1889

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para Albergue Noturno, localizado em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno, localizado em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, atendendo a pessoas carentes naquela cidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1890

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Albergue Noturno, localizado em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno de Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, atendendo pessoas carentes naquela cidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio

financeiro.

REQUERIMENTO N° 1891

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Santo Antônio, localizado no Distrito do Farol do Oeste.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santo Antônio, localizada no Distrito do Farol do Oeste, é uma entidade que atende dezenas de crianças e recém-nascidos, possibilitando que seus pais possam trabalhar. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pela elevada inflação vigente, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, solicitando que sejam novamente instituídos os serviços de policiamento do tipo "Cosme e Damião" tendo em vista que a duplicidade de elementos policiais impõem maior respeito, oferecendo dessa forma um melhor resultado na segurança pública.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

As duplas "Cosme e Damião", faziam um policiamento ostensivo pelas ruas das cidades e conseguiam ótimos resultados na repressão à criminalidade. "Dois policiais impõem maior respeito e temor aos bandidos e tem maior êxito nas ações repressivas.

É preciso que lancemos mão de todas as alternativas para reprimir a criminalidade que tanto vem aumentando em nosso Estado. Enquanto não encontramos soluções para os problemas sociais que estimulam a violência precisamos reprimi-la. E a única solução imediata é o aumento do policiamento, que deve atuar preventivamente e repressivamente".

REQUERIMENTO N° 1899

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de verba para reformas das

instalações da Delegacia de Polícia de Rio Negro, Estado do Paraná, que deste requerimento seja dada ciência à Câmara Municipal daquela cidade, bem como ao Sr. Prefeito.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI
RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1900

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a aquisição pelo Governo Estadual de dois helicópteros, para atendimento na área de segurança.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, ao contrário da maioria dos estados brasileiros, não possui helicópteros para atendimento em situações de emergência, tornando ineficaz, conforme as circunstâncias, a ação da polícia tendo em vista, principalmente, a onda de violência que afeta todo o país, bem como os problemas de ordem natural como enchentes, vendavais, etc.

REQUERIMENTO N° 1901

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a construção da sede própria da 26.^a Ciretran de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1º Orador inscrito Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu venho à tribuna para lamentar um fato ocorrido na última quarta-feira, no gabinete de uma das Secretarias do Governo do Estado do Paraná, onde o advogado João Francisco Raitane de Oliveira, funcionário há trinta e dois anos da própria Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, acabou sendo vítima de um ato covarde praticado pelo Secretário daquela Pasta Senhor Osmar Dias.

Aliás, acostumado a esse tipo de atitudes violentas, truculento ao não respeitar, porque acima de tudo, ele é um passageiro na Secretaria, e o advogado está lá há trinta e dois anos.

E me perguntarão então porque houve

esta agressão? Simplesmente porque o advogado, numa das reuniões dos funcionários daquela Pasta, teria dito aos demais funcionários para que não entrassem em greve, para que analisassem melhor a situação, porque afinal de contas, todos conheciam o chefe maior daquela Secretaria, todos sabiam a maneira de proceder do Secretário Osmar Dias, e disse inclusive, o advogado, que ele tinha momentos até de uma certa loucura, e que poderia haver vingança em cima daqueles que se propusessem a entrar em greve.

Ao tomar conhecimento dessas declarações do advogado, perante a assembléia da Secretaria, no dia seguinte, o Secretário chamou o advogado, João Francisco Raitane de Oliveira, para as falas no seu gabinete. E o que aconteceu? Perguntou o Secretário ao advogado, o que ele havia dito? - E o advogado repetiu o que havia dito na assembléia dos funcionários: - "Pedi aos funcionários para que não entrassem em greve, porque poderia haver problemas na continuação, porque o Senhor Secretário é um homem vingativo, é um homem violento e poderia haver a perseguição aos funcionários". Ato contínuo, o Senhor Secretário pegou o Senhor João Francisco Raitane de Oliveira pelos colarinhos, e o bateu várias vezes contra o seu peito, o peito do Secretário.

O Secretário, um cidadão de uma estrutura bastante alta, o advogado franzino, baixinho, acabou sendo vítima desta truculência do Secretário da Agricultura, useiro e vezeiro, neste tipo de violência.

A queixa foi apresentada no 5º Distrito Policial, e eu tenho uma Certidão do mesmo, onde diz: "Certifico constar nesta delegacia o Inquérito Policial, que apura a lesão corporal em que o Dr. João Francisco Raitane de Oliveira, diz ter sido vítima do Senhor Secretário de Estado da Agricultura. O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, assinada pelo Delegado do 5º Distrito Policial de Curitiba".

É lamentável Senhores. O Secretário da Agricultura tem sido constantemente criticado nesta Casa, e por que? Pelas suas atitudes impensadas e pelos seus momentos de truculência. E a Secretaria hoje, está numa situação bastante difícil. Funcionários estão intranquilos, houve até uma ameaça de demissão de vários funcionários, caso entrassem com alguma reclamação trabalhista.

Se eu fosse aqui citar os fatos que lá ocorreram, dos quais tenho conhecimento, os cinco minutos não seriam suficientes.

Mas poderia lembrar aqui alguns detalhes.

O antigo presidente da Associação de

Funcionários da Secretaria saiu da mesma por motivo de agressão sofrida através do Secretário da Agricultura.

O engenheiro Adolar, agrônomo, também foi agredido e mandado embora daquela Secretaria por atos truculentos ... daquela Secretaria (retirado o som) ...

Por isso Senhor Presidente, para completar este meu pronunciamento, quero deixar aqui constatado este fato profundamente lamentável. O repúdio deste Parlamentar e, tenho certeza, da minha bancada, que sofre ainda hoje as seqüelas da agressão cometida por este Secretário contra o Deputado Valderi Vilela da nossa bancada, quando publicamente foi agredido e ofendido moral e quase que fisicamente. E nós aqui nesta Casa também, numa certa oportunidade, tivemos que nos esquivar de uma agressão que poderíamos ter sofrido através de um homem despreparado; de um homem que só está lá, tenho certeza absoluta, porque é irmão do Governador. Pode até ter suas qualidades como engenheiro, como homem que entende da agricultura, mas deveria se colocar na posição de um Secretário e nunca agir da maneira como vem agindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na atual legislatura várias CPI's foram instaladas nesta Casa. Todas, com exceção da que apura as irregularidades do SUDS no Paraná, tiveram de forma direta ou indireta, simpatia ou mesmo, apoio do atual Governo.

É evidente que o atual descrédito da população no Parlamento, seja no nível municipal, estadual ou nacional, reflete-se diretamente nos trabalhos realizados nestas Casas.

É evidente que os setores conservadores que detém o poder econômico e, por consequência, acesso e determinação sobre os principais órgãos de divulgação, influem diretamente na formação da opinião pública, desprestigiando o Poder Legislativo.

Sabemos também, que os Poderes Judiciário e Executivo atuam de forma integrada, obedecendo diretrizes emanadas sejam do Presidente do Tribunal de Justiça, sejam do Governador do Estado.

No Legislativo predominam as diretrizes ideológicas, emanadas das siglas partidárias que compõem as bancadas da Assembleia Legislativa, onde nem sempre a Mesa

Executiva consegue hegemonia nas questões internas e externas, sobrando para o Poder Legislativo, que é desarmado e exposto e que não detém recursos financeiros, e é bom que assim seja para influir nos meios de comunicação e que com todas as suas contradições recebe o ônus maior de sustentar o processo democrático.

Hoje posso lhe dizer com convicção que muito aprendi após aqui chegar, desde o início da atual Legislatura. E continuo aprendendo, principalmente no processo Constituinte, onde a responsabilidade de escrever e promulgar a Constituição do Estado é de todos nós, ressaltados os princípios programáticos e partidários.

Mas estou aprendendo também, que existem questões as quais dizem respeito ao nosso Parlamento, que são suprapartidárias e, às vezes, não raramente, temos pecado no encaminhamento, abrindo mão de prerrogativas da Assembleia Legislativa em detrimento da nossa coesão. E por consequência direta, em detrimento da sociedade civil que representamos.

E muito tenho aprendido com figuras desta Casa, como o "guru" Anibal Khury, nosso Presidente, do qual muitas vezes discordo, mas que confirma a afirmação que recebi logo após a eleição, em 86, quando Scalco, Pecoits, Cantelmo me disseram: "Haroldo, Anibal é homem de palavra, quando ele trata, cumpre".

Tenho aprendido também com o "guru" do PSDB, o respeitável Dr. Nelson Vasconcellos que, quando fala, todos ouvem e respeitam. Tenho aprendido muito com Luiz Alberto, Caíto Quintana, Edmar Costa, Homero Oguido, dos quais, às vezes muito discordo. Tenho aprendido também com Pedro Tonelli, Nereu Carlos Massignan, Irondi Pugliesi e Paulo Furiatti, dos quais discordo menos. Mas devo reconhecer, que tenho aprendido com todos, e sob minha ótica, o lado positivo de cada um nesta Casa.

E, ao não abrir mão dos princípios que formam a minha personalidade e meu caráter, me afasto dos aspectos que considero negativos, de meus Pares.

Entendo que todos nós, ressaltados os aspectos de caráter, de personalidade e ideológicos, aprendemos a convivência do Parlamento.

Entendo que a CPI é o instrumento maior de denúncia, de averiguação e de fiscalização do Parlamento. Neste contexto é que quero analisar, com os nobres Pares, o encaminhamento da CPI que apura irregularidades no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Paraná. Essa CPI foi instalada na Assembleia Legislativa por solicitação da sociedade civil, pelos segmentos organizados, que se preocupam diretamente com a questão saúde no nosso Estado, tais como, Associação Médica do Para-

ná, Sindicato dos Médicos do Paraná, Associação dos Farmacêuticos do Paraná, Sindicato dos Enfermeiros, Associação dos Servidores da Associação Munhoz da Rocha, Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Saúde e Previdência do Paraná, Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência Social do Estado, o Centro Brasileiro Estudos de Saúde, Nacional, a Central Única de Trabalhadores, o Forum Paranaense de Trabalhadores em Empresas de Serviços Públicos e o SINDIPETRO.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós sabemos que o atual Secretário da Saúde, médico do interior e da iniciativa privada, nunca teve participação na luta pelas políticas sociais, não participou da luta pelo movimento da reforma sanitária. Não compreende, sob o ponto de vista político, o avanço e a militância nessas políticas, onde predomina a questão democrática e o endereço da justiça social. Já no início da sua administração, por não compreender o espírito da 8.^a Conferência Nacional de Saúde, das Ações Integradas de Saúde e do SUDS como estratégia da reforma sanitária e não como um fim em si mesmo, perdeu a contribuição de, mais ou menos, 30 técnicos da melhor qualidade que colocaram seus cargos de confiança à disposição do Senhor Secretário, por não concordar com a centralização e a falta de diálogo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Secretário da Saúde do Paraná, despreparado para a função e para o momento de consolidação das políticas sociais do Estado e sem a participação de técnicos preparados e comprometidos, de crise em crise, foi inviabilizando a implantação do SUDS no Paraná, pois o SUDS nada mais é que um repasse de recursos do INAMPS do nível federal ao nível estadual, através da Secretaria de Estado para o Governo do Paraná.

E na tese de que descentralizar é, na prática, repassar recursos, assume o Estado a responsabilidade de repassar recursos aos municípios, tendo claro que quem repassa não se exime do dever do controle, fiscalização e avaliação do mesmo. Uma das diretrizes básicas do movimento sanitário da 8.^a Conferência Nacional de Saúde, das ações integradas de saúde e do próprio SUDS é a participação social que, no Paraná, ao invés de estimulada foi boicotada e ao invés de se descentralizar o poder, ele ficou concentrado cada vez mais nas mãos do Secretário, que chegou a ser ao mesmo tempo Secretário de Estado, Superintendente do INAMPS, Presidente da Comissão Interinstitucional de Saúde, Superintendente da Fundação de Saúde e Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Saú-

de.

Progressivamente a política de saúde do Estado, sofrendo desgastes a nível administrativo e também na área política, seja com Deputados Estaduais, Deputados Federais, foi transformando a assistência à saúde no Paraná no caos atual, afastando-se cada vez mais da performance dos demais Secretários do Governo Álvaro Dias, sendo o atual Secretário uma estrela solitária dentro do Governo, pelas dificuldades administrativas e políticas, ficando longe de Secretários da atual administração, como Rubens Bueno e Mário Pereira, Deputados Estaduais, Acir Breda, Heinz Herving, Roberto Requião, Luiz Carlos Hauly e Gilda Poli.

Pela centralização do poder e da informação, as entidades tiveram conhecimento de que as prestações de contas trimestrais da Secretaria de Saúde, com referência ao SUDS-Paraná, não tiveram aprovação em Primeira Instância, pela Comissão de Tomada de Contas do escritório Regional do INAMPS, com a verificação de várias irregularidades na aplicação dos recursos SUDS, o que deu origem a um dossiê formulado pela Associação Médica, em ofício a esse Deputado em 28 de março deste ano, propondo a instalação da CPI, nesta Casa.

Na sequência, procedemos à coleta de assinaturas e 24 Senhores Deputados desta Casa apoiaram a instalação da CPI.

A CPI foi constituída por ato da Presidência no dia 24 de abril e instalada dia 23 de maio, tendo se reunido diversas vezes, sendo que a última reunião se deu no dia 31 de março.

Tivemos o recesso parlamentar de julho e a concomitância com os trabalhos da Constituinte. Na Presidência da CPI, em 29 de maio, através da Presidência da Assembleia, encaminhamos ofício ao Ministro da Previdência, solicitando uma análise das prestações de contas do SUDS-Paraná a nível de Brasília. E tivemos, na análise desse documento, que já foi repassado ao nobre Relator e está, inclusive à disposição dos Senhores Deputados na Secretaria da atual CPI, diversas irregularidades e, inclusive, nenhuma das contas trimestrais da Secretaria de Estado do Paraná teve a aprovação a nível de Brasília.

E nós temos tido durante esse processo de encaminhamento da CPI discussão do SUDS no Paraná, acesso a informação e documentos, tal como o documento do Tribunal de Contas da União, que traz um levantamento a nível nacional sobre o SUDS nacional, trazendo uma série de constatações de falhas relativas ao SUDS. Eu gostaria de fazer uma análise rápida deste documento do Tribunal de Contas da União, onde diz que os respectivos relatórios foram consolidados em minucioso trabalho, consubstanciado

no Tribunal de Contas, em que se evidenciam falhas relativas aos seguintes tópicos:

A - Falhas de responsabilidade dos escritórios regionais do INAMPS; falta de providências quanto ao atraso nas prestações de contas do Paraná; Cessão de bens móveis e imóveis do INAMPS para a unidade executora do SUDS sem inventário de bens e sem termo de cessão.

B - Falhas de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde, no que compete ao Paraná quanto aos recursos financeiros. Primeiro: Aplicação de recursos do SUDS no mercado financeiro antes do advento do decreto que regulamentou esta aplicação; não movimentação de recursos por intermédio de conta específica do Banco do Brasil; utilização do dinheiro do SUDS em finalidades não previstas no objetivo do convênio:

Quanto à licitação e contratos: Desobediência às normas do decreto lei número 2300/86, com as modificações introduzidas pelos de número 2348 e no 2360/87 a saber; falta de licitação, celebração de contrato por prazo indeterminado; e quanto à execução de despesas, infringência de várias normas relativas à execução da despesa, tendo sido verificado o seguinte: pagamento antecipado e despesas não previstas no plano de aplicação. Quanto à prestação de contas: Ocorrências atrasos e falta de recolhimento do saldo à conta SUDS. E quanto aos bens adquiridos: incorporação imediata ao patrimônio do Estado de bens adquiridos pela unidade executora com recursos do SUDS. E falhas de responsabilidade das Prefeituras Municipais, onde o relatório do Tribunal de Contas faz a seguinte análise: O número e a adversidade de falhas encontradas em todas as unidades da Federação inspecionadas, estão a evidenciar a precariedade da fiscalização, que sobre a execução desses convênios deve exercer os órgãos repassadores dos recursos. Provam por outro lado, não terem sido infundadas as preocupações do Tribunal, quando decidiu ordenar a inspeção que abrangeu em princípio, apenas as Prefeituras das Capitais e as Secretarias Estaduais de Saúde.

É imperativo assim que os órgãos repassadores de recursos dêem fiel cumprimento ao decidido pelo Tribunal de Contas.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concede-me um aparte neste momento Deputado?

O SR. HAROLDO FERREIRA - Na sequência nobre Deputado.

Nós tivemos acesso também a um documento que é o relatório de uma auditoria, feito nas contas do SUDS, Paraná, pela Secretaria de Controle Interno do Ministé-

rio da Previdência e Assistência Social, onde rapidamente faz uma abordagem sobre alguns itens que eu passo à leitura: "Quanto a utilização dos recursos, adequação dos gastos na análise efetuada na documentação que compõe as prestações de contas de 87 e 88. Constatamos a realização de despesas não compatíveis com a finalidade dos convênios, tais como: construção de instalações hidráulico-sanitárias em moradias de famílias de baixa renda em diversos Municípios; operação verão nas praias; honorários advocatícios; compra de hospital na cidade de Figueira, no Município de Figueiras; compras de carros de representação: Gol, Parati, e etc. sem o devido processo licitatório; reforma do prédio onde funciona a Secretaria de Estado da Saúde e aquisição de fogões, "freezers", refrigeradores, enceradeiras, máquinas de escrever elétricas e máquinas calculadoras, cuja destinação não foi comprovada por esta auditoria, tendo em vista que a documentação não se encontrava à disposição.

Ora, nobre Presidente e Senhores Deputados, por esses dados, por si só, já justificam a instalação dessa CPI, mas acima da instalação, também as audiências aos vários segmentos organizados e os vários representantes do setor da saúde nas reuniões da CPI para trazer a público um esclarecimento sobre essa polêmica no Estado do Paraná, das prestações de contas do SUDS. E é evidente que por aqui, só eu já coloco a necessidade de se fazer, aqui nesta Assembléia, através de uma auditoria independente, a auditoria das contas do SUDS no Paraná.

Posso dizer, inclusive, que ontem, nós tivemos contato com o Presidente Anibal que começou a contar os quinze dias necessários para a licitação e a contratação de uma auditoria independente para levantar, efetivamente, todos esses dados que estão duvidosos em todos esses documentos, os quais tivemos oportunidade de apresentar.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concede-me um aparte agora, nobre Deputado? Faltam dez minutos, Deputado!

O SR. HAROLDO FERREIRA - Na sequência.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, movido ainda de alguns documentos, nós tivemos a oportunidade de encaminhar ao Escritório Regional do INAMPS no Paraná para sabermos dele (Escritório Regional do INAMPS) que tem a devida obrigação de avaliar, controlar e fiscalizar a aplicação desses recursos, e solicitamos algumas informações, que passo à consideração dos nobres Deputados desta Casa. Quanto ao solicitado temos a informar:

a) desconhecemos qualquer planejam-

to prévio ao repasse de recursos às prefeituras municipais.

b) quanto à construção de obras e/ou ampliação, em amostragem de unidades avaliadas, observamos várias irregularidades, tais como: obras não realizadas - é a palavra do Escritório Regional do INAMPS no Paraná - valores não condizentes com a realidade...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Aonde, obras, aonde, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Haroldo, me concede um aparte?

O SR. HAROLDO FERREIRA - ... Na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - ... Esses dados constam em relatório entregue à chefia do Escritório Regional.

c) construção do Hospital Geral de Cascavel, como outras obras, não passou por discussão a nível da Comissão Interinstitucional de Saúde. Questionamos até a sua necessidade, considerando as disponibilidades locais...

O SR. JOSÉ FELINTO - Vossa Excelência me permite um aparte, Caro Deputado democrata Haroldo Ferreira?

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente, eu solicito que Vossa Excelência me garanta a palavra para não prejudicar o raciocínio do meu pronunciamento...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Como Presidente da CPI Vossa Excelência está fazendo um pré-julgamento...

O SR. HAROLDO FERREIRA - ... Eu não estou fazendo pré-julgamento e estou lendo um documento...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - ...oficial do Escritório regional do INAMPS, que está à disposição de todos os Senhores Deputados na CPI. E o meu dever, como Presidente da CPI, é o de trazer ao Plenário esses esclarecimentos.

E eu solicito ao nobre Presidente que me garanta a palavra...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Está garantida, nobre Deputado.

O SR. HAROLDO FERREIRA - ...E dispense a sua ironia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados que só aparteie o Orador quando lhes for concedido o aparte.

O SR. HAROLDO FERREIRA - O item "c" eu repito.

c) construção do Hospital Geral de Cascavel, isto na análise do Escritório Regional do INAMPS no Paraná, como outras obras não passou por discussão a nível da CIS. Questionamos até a sua necessidade, considerando as disponibilidades locais...

O SR. JOSÉ FELINTO - Caro Deputado Haroldo Ferreira, solicito de Vossa Excelência um aparte na hora possível...

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu solicito, que assegure a palavra ao orador que está na tribuna, porque o que nós notamos é que os Deputados do PMDB querem interromper e prejudicar grande esclarecimento que o Deputado Haroldo traz a esta Casa.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Eu repito o termo da letra "c".

A construção do hospital Geral de Cascavel, como outras obras, não passou por discussão a nível da CIS, questionamos até a sua necessidade, considerando as disponibilidades locais de leitos e características da regional.

A avaliação efetuada por esta gerência mostrou que, além desses fatos de maneira obscura e inconseqüente, foram adquiridos materiais em número muito acima da necessidade, tais como:

Monitores de UTI em nº de 23.

Equipamento de reanimação de berçário em nº de 10.

Porta agulhas obsoletos em nº de 140.

Relógios, lâmpadas, material ortopédico não cobrável considerando o atual sistema de pagamento.

Por outro lado, fomos informados que um hospital não estava realizando cirurgias por falta de campos cirúrgicos.

É do nosso conhecimento que uma auditoria interna, realizada pelo Dr. Julio Comel, comprovou estes fatos, além de tornar claro que houve alteração das propostas iniciais de aquisição de material efetuada pelo Dr. Ravazani.

Como se não bastasse a Secretaria de Estado está propondo que o hospital, vejam Srs. Parlamentares, a Secretaria está propondo que o hospital seja gerenciado por uma Comissão Comunitária, para que possa ter seu vínculo estabelecido, como hospi-

tal privado, o que é uma delegação de competência irregular, que mostra incompetência da Secretaria da Saúde para administrar a unidade.

d) Quanto à distribuição de medicamentos, ficou constatado que a Secretaria de Saúde vem vendendo sistematicamente os medicamentos programados e destinados à Rede do INAMPS, levando a um desabastecimento dos PRAMs do INAMPS que eram unidades que anteriormente apresentavam uma boa resutibilidade.

Esses medicamentos estão sendo vendidos às Prefeituras Municipais que assinaram convênio com a Secretaria.

Além dessa irregularidade, observamos um caso em que a Prefeitura intermediava esses medicamentos para um hospital privado, com carta deste último, anexada ao processo, levando a crer que esta prática não seja nenhuma novidade.

Além disso, causou-nos espanto as informações de técnicos desse setor, que em reunião na Celepar foram convidados a assinar documentos aprovando compra, para uso de rotina, de medicamento caro que nunca seria a primeira escolha para o tratamento de larga escala de hipertensão.

Eu detenho em meu poder mais três documentos, também do escritório regional, que faz uma análise por dados de amostragem e uma abordagem sobre os recursos repassados da Secretaria do Estado para os municípios.

Em atenção à solicitação constante do ofício CPI/SUDS, temos a informar o que segue:

1. Os recursos repassados pela Secretaria de Estado aos municípios são de imediato lançados, pelo total, como despesas nas prestações de contas que a Secretaria de Saúde presta ao INAMPS.

Cabe à Secretaria de Saúde na condição de gestor do Convênio Suds exigir dos municípios as prestações de contas dos repasses realizados.

Nas análises das prestações de contas esta gerência regional vem sempre questionando a forma dos repasses feitos ao DECOM, pelo valor total da obra na assinatura do contrato.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, numa conclusão sobre esses dados do repasse de recursos da Secretaria de Estado da Saúde, recursos SUDS, ao DECOM a Gerência Regional de Controle Orçamentário e Financeiro do Escritório Regional, não teve como avaliar tecnicamente os recursos aplicados no Hospital Regional de Cascavel foram num total suficiente ou exagerados, devendo essa análise ser efetuada em conjunto com a engenharia, controle e avaliação.

Quanto ao montante dos recursos, foram anexadas cópias esclarecedoras, assim como

para os demais itens descritos foram criadas comissões para análises detalhadas, em especial para a questão dos medicamentos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, continuando na análise dos documentos que recebemos...

O SENHOR ORLANDO PESSUTI - Deputado, conceda-me um aparte nos trinta segundos que lhe restam?

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Nobre Deputado Pessuti, eu gostaria que V.Exa, permitisse que eu concluísse o meu trabalho. Nós teremos oportunidade de discutir esta questão em outras oportunidades.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu continuo aguardando, Deputado. Se for possível gostaria de fazer um aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)
A Liderança do PSDB, se assim o permitir, cede o seu horário para que o ilustre companheiro Haroldo Ferreira possa concluir a sua explanação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Obrigado, nobre Líder.

Eu passo à considerar de um outro documento, que recebemos também do escritório Regional, com uma análise dos contratos de repasse de recursos da CIS para o DECOM e também para os municípios.

Para a execução de obras e serviços a Secretaria de Saúde firma contratos com o Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, porém a execução não é feita pelo mesmo, e sim através de firmas construtoras.

O DECOM fica encarregado da celebração dos contratos junto às firmas construtoras, da elaboração dos processos de licitação, aprovação de propostas, fiscalização, acompanhamento assistência técnica e planificação integral das obras/serviços.

Caberá também ao DECOM apresentar à Secretaria a prestação de contas mensal, bem como um relatório mensal sobre o andamento das obras/serviços e os termos de aceitação provisória.

Sobre a conclusão desses contratos o Escritório Regional faz a seguinte análise: Conclusão - finalizando a parte de análise dos contratos ressaltamos que a Secretaria de Saúde deixou de nos enviar a cópia do contrato relativo às obras de ampliação do Hospital Geral do Portão - Curitiba. Recebemos as cópias dos demais contratos cabendo-nos destacar ainda que as cláusulas contratuais são praticamente

idênticas.

Conclusão das obras - a fim de que pudéssemos ter uma posição atualizada e conseqüentemente emitir parecer sobre a conclusão das obras/serviços, objeto dos contratos firmados entre a Secretaria e o DECOM, solicitamos à Secretaria de Estado, através de Ofício os seguintes documentos: a) Cópias dos termos de aceitação e recebimento definitivo das obras/serviços e informações atualizadas sobre o andamento das obras inacabadas.

Cabe-nos ressaltar que recebemos da Secretaria apenas cinco termos de recebimento definitivo das obras dos 25 solicitamos e não recebemos nenhuma informação atualizada sobre o andamento das demais obras/serviços, razão porque não foi possível a esta Comissão chegar a uma definição quanto à conclusão das outras vinte obras.

Queremos deixar destacado que concedemos todos os pedidos de prorrogação de prazos solicitados pela Secretaria de Estado, a fim de que essa tivesse condições de nos enviar os documentos solicitados.

Considerações Gerais a respeito desses fatos:

1) Não há prestação de contas e, conseqüentemente, nem o controle das aplicações financeiras efetuadas indevidamente pelo DECOM, com os recursos federais do convênio SUDS que lhe são repassados indevidamente em parcela única pela Secretaria de Estado, quando da assinatura dos contratos de obras e serviços. Observe-se que essas aplicações financeiras com verbas federais estão sendo feitas por uma entidade não participante do convênio SUDS.

2. A forma como a Secretaria efetuou os repasses ao DECOM, não pode ser caracterizada como pagamento e uma despesa, e sim como uma transferência de recursos de uma conta do convênio SUDS para uma conta do DECOM.

3. Os grupos de análises das prestações de contas SUDS do escritório regional e da Diretoria Geral em Brasília, já questionaram as irregularidades existentes nos contratos, obras e serviços firmados entre a Secretaria e o DECOM, inclusive já existe pronunciamento da Douta Procuradoria Geral do INAMPS a respeito desse assunto.

4. Constatamos que em certos casos há uma demora para o início das obras em relação à data da liberação dos recursos.

5. Não conseguimos avaliar se a Secretaria tem controle e faz o devido acompanhamento de todas as obras.

6. A pouca documentação que recebemos da Secretaria veio de forma incompleta e misturada com os documentos de outra comissão do escritório regional.

Ora, Senhores Deputados, na verdade nós precisamos fazer com seriedade e com

competência através desta CPI uma auditoria das contas do SUDS para que todas essas dúvidas sejam esclarecidas.

Conclusão deste documento: esta Comissão Especial não conseguiu atingir plenamente os objetivos para os quais foi constituída pelo fato de que a Secretaria não forneceu de forma completa a documentação solicitada através do nosso ofício.

Considerando-se todos os fatos já mencionados principalmente o não encaminhamento da documentação pela Secretaria, sugerimos que seja constituída uma auditoria composta de elementos qualificados nas respectivas áreas que serão auditadas, tendo em vista várias questões que ficaram em aberto, tais como: a) situação atualizada das obras inacabadas, b) informação do destino do saldo financeiro quando do término das obras, c) informação sobre o destino dos resultados das aplicações financeiras feitas com recursos federais SUDS repassados ao DECOM pela Secretaria, d) falta dos extratos bancários que comprovariam os itens b e c; e) falta dos termos de recebimento definitivo das obras concluídas e falta de documentação que definisse a obra-serviço e que possibilitasse a estimativa do seu custo final e prazo de execução. E, assim, comprovar que houve um projeto e um plano de trabalho antes da liberação dos recursos financeiros.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os dados também de uma Comissão Especial constituída para analisar, também repasse de recursos aos municípios.

E eu gostaria de fazer uma leitura rápida da conclusão desses trabalhos. Após a análise por amostragem de 23 obras de construção e/ou reforma com recursos provenientes do SUDS, a Comissão conclui:

1º - Não foi possível analisar as prestações de contas dos municípios, tendo em vista que a Secretaria não encaminhou cópias das prestações de contas;

2º - Inexistência de cronograma físico-financeiro, com repasse de verba feita em cota única, contrariando as normas em vigor;

3º - Manutenção dos valores repassados em conta vinculada ao Banco do Estado do Paraná, contrariando as normas do Tribunal de Contas da União;

4º - Segundo o Relatório de vistoria, foi constatado a inexistência de diversas obras, o que foi confirmado pelos relatórios da Secretaria;

5º - Houve um repasse de verba no montante de 320 mil cruzados em 08.01.88 para a Prefeitura de Uraí e nenhuma obra foi executada até a data de 03 de janeiro de 1989, sendo que na prestação de contas trimestral do SUDS, a SESA prestou contas como se a verba tivesse sido utilizada;

6º - Pela análise do quadro de acompa-

nhamento das obras, foram constatadas diversas irregularidades, tais como:

a) Falta de prestações de conta à Secretaria, diversos convênios com prazos vencidos, faltando relação de vistoria;

7° - Obras das quais não foram realizadas vistorias e que a auditoria do Escritório Regional constatou que não foram realizadas: Ribeirão Claro, Tomazina (duas obras), Cornélio Procópio...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, Vossa Excelência tem sido bastante democrático e liberal na condução desta Mesa, mas, é costumeiro desta Presidência conceder apenas 30 segundos ou 1 minuto para que o orador conclua o seu pensamento. O Deputado Haroldo já está a dois minutos e trinta segundos além do seu tempo, além do tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência labora em equívoco, porque o Deputado Nereu Massignan cedeu 5 minutos do Horário das Lideranças.

O SR. HAROLDO FERREIRA - ... Cornélio Procópio, reforma e ampliação do Centro de Saúde no valor de 770 mil cruzados, repassados em 6 de abril de 88. Pelo exposto nos itens acima a Comissão, conclui que existem diversas irregularidades, motivo pelo qual recomendamos a Constituição de uma tomada de conta especial para apuração de todos os repasses efetuados às prefeituras municipais. Sugerimos que a Comissão seja constituída por técnicos, nas áreas específicas de engenharia e auditoria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha presença nesta oportunidade, se faz com a motivação de trazer a este plenário, as discussões e os acontecimentos no âmbito da CPI que averigua irregularidades no SUDS-Paraná, para esclarecer melhor esta Casa. Eu concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós agradecemos neste momento, porque resta 50 segundos, e nós usaremos o Horário da Liderança do PMDB e se a Presidência concordar, com a permissão do Deputado Erondy Silvério, o Horário da Liderança também do PTN.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Isto posto agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PDS.

(Declina).

Representação do PDC.

(Declina).

Representação do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós acompanhamos ontem com atenção o pronunciamento do Deputado José Felinto da Bancada do PMDB, quando tecia considerações a respeito da Usina de Salto Segredo.

E no seu pronunciamento o Deputado Felinto lembrou o trabalho de alguns Deputados, neste Poder, dentre eles este Deputado quando da realização das sessões públicas que colocaram frente a frente o corpo jurídico da COPEL e da C.R.Almeida, na discussão sobre a concorrência para a construção da Usina. E pedia ontem o Deputado, daquela tribuna, que deveríamos destacar e destacava ele que na cobrança do governo, para que fosse anulada a concorrência, viéssemos nós, a público, elogiar o Governador Álvaro Dias pela sua atitude neste caso.

Nunca nos furtamos, Srs. Deputados, em reconhecer as atitudes, quando positivas, do Governador do Estado ou de qualquer outro administrador de outros partidos. E assim o fizemos, reconhecendo o trabalho do ex-Prefeito Maurício Pruet. De vez em quando o trabalho do ex-Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva. Do ex-Governador José Richa. E não poderia ser de outra forma com o Governador Álvaro Dias.

Todas as atitudes do Governador em favor do Paraná, em busca de conquistas, de melhorias na qualidade de vida, de trabalho do operário paranaense e de sua família, merecerão nossos cumprimentos, até porque em que pese todo o respeito que tenho pelo meu partido, o PDT, pelo respeito que devo à nossa linha programática, aos compromissos fundamentais do meu partido sou, acima de qualquer coisa, representante da população paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Exatamente por isto e aproveitando o gancho que me foi dado ontem pelo Deputado José Felinto, aproveito a oportunidade que me foi aberta, confiando na vontade do Governador Álvaro Dias, em agir com correção e lucidez em favor do nosso Estado, gostaria de alertar, bem como a todos os nobres representantes do povo do Paraná, nesta Casa, de comentários já existentes nesta Capital, em outros importantes centros do Estado, sobre a concorrência da Usina de Salto Segredo. Tais comentários dão conta de que nova concorrência para a construção da usina já teria seus vencedores conhecidos.

Vejam, Srs. Deputados, é um alerta importante este que diz respeito aos já possíveis vencedores desta concorrência e que seriam até conhecidos.

Seriam eles: Paranapanema, Ivaí e ADM...

Não estou aqui acusando ninguém. Muito distante disto. Nosso objetivo é de aler-

tar o Governador e as autoridades deste Estado a respeito destes comentários que correm por aí. É preciso que tenhamos em mente, claramente, os valores altíssimos envolvidos na construção desta Usina. É muito dinheiro. São, na verdade, muitos dólares saídos do bolso dos paranaenses...

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência.

Não podemos descuidar, a fim de que não paire qualquer dúvida sobre o processo normal para a realização desta obra.

Quando o Deputado Felinto nos cobra humildade para cumprimentar o Governador, eu já o fiz por ocasião da vitória da Usina do Xisto, publicamente, através do meu programa de rádio. O fiz publicamente reconhecendo o trabalho, a liderança política do Governador e de alguns Parlamentares desta Casa, o faço agora também, cumprimentando-o pela decisão tomada em relação a Salto Segredo. Mas ao mesmo tempo alertando Sua Excelência desta possível irregularidade, da possível decisão, - e eu não quero acreditar que isto seja verdade, mas faço aqui um alerta e o apelo para que se tomem as devidas providências. Rumores correm por vários cantos desta cidade e deste Estado de que três vencedores da concorrência já são conhecidos: Ivaí, ADM e Paranapanema.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao reafirmar que não viemos aqui acusar ninguém, queremos repetir que o conhecimento antecipado de que as empresas Paranapanema, Ivaí e ADM seriam as vencedoras de uma concorrência que ainda não chegou à sua conclusão, pelo menos para nós, quebra condições indispensáveis de lisura e sigilo que devem ser o norte de tais operações.

O Paraná quer muita seriedade de seus administradores. O Paraná quer muito respeito pelo seu patrimônio. O Paraná quer representantes intransigentes na defesa de seus interesses.

E isto tem ficado muito claro. Acima da nossa coloração partidária, à qual somos fiéis por convicção, temos obrigação de reconhecermos e de cumprimentar administradores de outras matizes, pelos seus acertos, mas por questões de princípios pessoais, de hombridade política, de honestidade e de sinceridade para com o juramento feito à Constituição, tenho de alertar quando os interesses do povo parecem estar perto de serem feridos a privilégios de grupos e minorias.

Tenho certeza e Vossa Excelência, Deputado José Felinto, que me deu ontem esta oportunidade de vir à tribuna hoje, que ao cumprimentar o Governador Álvaro Dias pela

sua decisão, venho também fazer o alerta e pedir a Vossa Excelência que seja o encarregado de levar o asserto que faço hoje aqui a Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PTN com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PRP com a palavra.

(Declina).

PT com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tivemos oportunidade de apartear o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, porque o tempo era escasso na ocasião.

Gostaríamos de dizer ao Deputado Haroldo Ferreira que, embora não tenhamos o direito, e não é do nosso feitio proibir a fala de qualquer pessoa, mesmo porque não nos é permitido pelo Regimento, mas numa outra ocasião já tivemos a oportunidade de não aprovar a atitude do Deputado Haroldo, quando da instalação da CPI da Saúde. E naquela ocasião, nós condenávamos a atitude do então presidente da Comissão de Saúde de que, recebendo documentos da Associação Médica, ao invés de levá-los para a Comissão de Saúde, para onde deveria ser endereçado, trouxe ao Plenário, levou ao conhecimento antes de a Comissão de Saúde ter sido ouvida ou ter se pronunciado.

Hoje, mais uma vez, me cabe o direito de, como Parlamentar e seu amigo, vir aqui mais uma vez dizer que não aprovo a sua atitude, que vem à tribuna falar de irregularidades, falar de coisas da CPI, sem sequer antes ter participado aos seus colegas da CPI, sem sequer saber se aquelas denúncias, aquelas irregularidades, são verdadeiras. Cobro agora um posicionamento do Líder do PSDB, que aqui mesmo neste Parlamento nos chamou a atenção quando as galerias estavam cheias, chamando-nos de antiéticos, quando deixamos para votar no final de uma determinada emenda.

O mesmo comportamento cobro agora do Deputado Nereu Massignan, porque o Deputado Haroldo Ferreira, ao vir aqui antecipar resultados, antecipar depoimentos de uma CPI, está faltando com a ética para com

seus companheiros da CPI, que é um fórum especial onde está sendo discutido o assunto.

Nós não concordamos com isto, Deputado, porque lá temos tido uma presença quase que permanente, temos ouvido a todos que lá comparecem. E Vossa Excelência, ao vir aqui hoje fazer um pré-julgamento, perde, inclusive, a isenção que deve ter como Presidente da CPI.

Eu me questiono neste momento, se na reunião de logo mais à tarde que temos marcada e que era para ouvirmos outros depoentes, e no entanto Vossa Excelência preferiu que fosse apenas uma reunião interna, eu me questiono se naquela ocasião, quando estivermos reunidos na CPI, nós, Orlando Pessuti, Deputado Estadual, não iremos propor a sua destituição da CPI pela falta de isenção como tem se pautado na Presidência da mesma.

Era isto, Sr. Presidente.

Gostaria também, Deputado Anibal Khury, que Vossa Excelência agilizasse a questão ligada à auditoria, porque já faz quase 120 dias, no dia 22 agora...

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - E nós ainda não temos a auditoria contratada. E esta CPI precisa ser concluída de imediato, é um compromisso que nós, membros da CPI, tínhamos conosco, não só os do PMDB, mas todos os membros, e a prorrogação da CPI no dia de ontem, nos pegou de surpresa, eu quero dizer, porque nem isso, eu cobrava ainda há pouco do Deputado Valderi Vilela, nós discutimos e poderíamos discutir hoje, decidirmos pela prorrogação da CPI por quanto tempo? Então não posso concordar com esse comportamento de Vossa Excelência, fazendo pré-julgamentos vindo aqui trazer assuntos da nossa CPI que não estão concluídos e seguindo aquilo que prega o Deputado Nereu Massignan, faltando com a ética para com seus colegas Parlamentares, principalmente àqueles da CPI da Saúde.

Concedo o aparte ao Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Caro Deputado Pessuti, quero me somar a Vossa Excelência no seu pronunciamento e lembrar que, quando da instalação da eleição da Mesa, da Presidência da CPI, nós que ali disputávamos, abrimos mão a pedido do Secretário que de surpresa entrou na sala, e pediu que deixasse que o Deputado Haroldo, como estava requerendo, fosse Presidente.

Naquela ocasião nós, então, votamos para que ele fosse Presidente, lembrando que esta Casa cometeu uma injustiça na oportunidade, quando de uma CPI, aqui

instalada sobre alimentos, foi requerida pelo Deputado Algaci Túlio, e naquela ocasião, a Bancada majoritária impediu que ele fosse Presidente, indicando assim, um outro Candidato. E nós mesmo assim, votamos para com ele.

Na última reunião da CPI, alertamos sobre as entrevistas que estava dando o Presidente, porque o Presidente deve ser ético, deve manter a ética, e me surpreende o Deputado Haroldo Ferreira, que não é de fazer isso. É um homem sério, é um homem que é ético, que eu assim pensava, e nessa oportunidade, quero me somar ao vosso pronunciamento e lamentar, quando questionando o Presidente desta Casa, com relação à auditoria externa que seria feita nas contas do SUDS, ele dizia que a vontade do Deputado Haroldo Ferreira era de que indicássemos uma firma, e ele não queria fazer indicando simplesmente uma firma, mas uma concorrência, para que várias firmas pudessem participar.

Eu quero somar ao vosso pronunciamento e lamentar profundamente as atitudes do nobre Deputado Parlamentar Haroldo Ferreira.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte que me oferece o Deputado José Felinto, e queria deixar claro aqui, que em momento algum e em nenhum momento da nossa vida parlamentar, nós questionamos a seriedade porque tem pautado o Deputado Haroldo Ferreira.

Mas não podemos, neste momento, concordar com o posicionamento que ele vem adotando à frente da CPI, porque como Presidente de uma CPI, nos parece - e o Regimento nos obriga a isso, que temos que ter isenção de conduta, e o Deputado Haroldo Ferreira, nesse momento e em algumas ocasiões até na própria reunião da CPI, não tem se posicionado como o magistrado, que conduz com isenção de ânimos uma reunião, tem se manifestado até muitas vezes defendendo posições, o que não pode, no nosso entendimento, e hoje mais uma vez, ele perdeu a isenção.

Por esta razão é que não poderíamos nos calar e viemos aqui para dizer e quem sabe tomar as atitudes que tomaremos logo mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Partido Liberal, sente-se nessa oportunidade, após a visita oficial pela primeira vez do candidato Guilherme Afif Domingos, profundamente

sensibilizado com as demonstrações de solidariedade, a mensagem que está apresentando à Nação, apresentadas pelas populações de Curitiba, Ponta Grossa e Maringá.

Notadamente na cidade de Maringá a presença do eminente prefeito Ricardo Barros se constitui em um motivo de júbilo para uma grande parte de políticos jovens esperançosos no futuro da nossa terra, através da aplicação de um programa que já é bastante conhecido dos brasileiros, pois tem sido entregue às mãos de tantos quantos estão interessados em discutir o Brasil e as soluções para o mesmo.

Com muita satisfação também registramos a presença do eminente homem público e grande representante do Noroeste do Estado do Paraná, nosso colega da Assembléia Legislativa Deputado Eduardo Baggio. A presença de Sua Excelência vem enriquecer de maneira notável este movimento baseado na seriedade que está se desenvolvendo em nossa Pátria com a vinda de homens, mulheres, jovens, idosos, alguns pela primeira vez militando na área política.

E acreditamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados que essa candidatura se constituindo numa forma de valorização da classe política pela postura ética com que está se desenvolvendo, não apenas aos olhos do nosso país, mas aos olhos dos habitantes de outros países que estão observando o comportamento de todos nós no momento em que a transição democrática já chega praticamente ao seu final e que se concretizará com a posse do novo Presidente da República.

Era o que tinha a dizer Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerra a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 149/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná aos Senhores CHAIM LEIB KNOPF HOLZ e JOSÉ T. KNOPF HOLZ. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 149/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário "post-mortem" aos Senho-

res CHAIM LEIB KNOPF HOLZ e JOSÉ T. KNOPF HOLZ, pelos imensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

RAUL LOPES

Relator

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 187/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Veteranos da FEB - Seção de Ponta Grossa, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade, Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 193/88, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PINTORES DE PAREDES, METAIS, MADEIRAS e LETRAS DE CURITIBA e REGIÃO METROPOLITANA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada 22 Senhores Deputados, não há quorum para votação.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 196/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA GENERAL ANTONIO SAMPAIO, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 132/89, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede a JUCILDA PACHECO ANTONELLI, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Roxa, Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários-

-mínimos de referência. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 220/89, de autoria do Deputado DJAIMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de IPIRANGA, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 97/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que complementa a Lei nº 8403, de 31/10/86, por imposição do Art. 7º, II, da Lei Complementar nº 27. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no DA nº 26, de 24.04.89).

PROJETO DE LEI Nº 097/89

PARECER:

Autor: Deputado Lauro Lobo Alcantara

I - O ilustre Deputado Lauro Lobo Alcantara, propõe complementação à Lei nº 8403, de 31-10-86, dando nova redação para o art. 1º.

II - O presente projeto objetiva corrigir a omissão da citada lei que criou o Município de Campo Bonito, haja vista deixaram de constar as divisas, contrariando dispositivo da Lei Complementar nº 27, de 08-01-86.

III - Provada está a necessidade de complementação e nada havendo jurídico e constitucionalmente que impeça sua aprovação, opinamos favoravelmente.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 177/85, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI, DIRCEU MANFRINATO e ORLANDO PESSUTI, que define "MOAGEM COLONIAL" e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 177/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - As unidades de moagem colonial terão, necessariamente, que estarem localizadas em zona de produção tritícola em operação exclusivamente por conta do produtor e cujo resultado se destine ao consumo familiar;

Art. 2º - As unidades moageiras do tipo colonial poderão, no máximo, moer 1.000 kg (mil quilogramas) de trigo em grão ao dia, ou até 365 (trezentos e sessenta e cinco) toneladas anuais, não sendo permitido a moagem ultrapassar esses limites;

Art. 3º - As unidades do tipo colonial, ficam isentas de tributação fiscal no que concerne aos tributos estaduais, respeitados os dispositivos da legislação federal;

Art. 4º - O agricultor que não dispuser de instalações de estocagem de sua produção destinados ao moinho colonial, poderá depositá-los nos silos das entidades associativas de sua região;

Parágrafo Único - Os agricultores que não possuírem unidades de moagem colonial, poderão depositar sua produção de consumo prevista no artigo 2º, nos silos das moagens que irão realizar tal prestação de serviço;

Art. 5º - Ficam incorporados a presente lei os dispositivos contidos na Lei Federal nº 6.387, de 09 de dezembro de 1976, que não foram aqui alterados ou modificados;

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.85.

(aa) NILSO SGUAREZI

DIRCEU MANFRINATO

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Desde 1976 o Governo Federal possui sua legislação sobre os moinhos coloniais sem que os Estados Federados tenham procurado sua adequação. Muito se tem discutido sobre a viagem do trigo paranaense acarretando um alto custo ao consumidor final que afinal de contas foi quem plantou. Na ponta do incentivo da não tributação para o produtor que industrializar seu próprio produto para consumo, estará o Estado do Paraná, contribuindo não só para o barateamento do custo de vida, bem como gerando mais uma fonte de fortalecimento da economia municipal e microrregional.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI Nº 177/85

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Nilso Sguarezzi, Dirceu Manfrinato e Orlando Pessuti, o presente plano de lei tem por finalidade definir, no âmbito estadual a "moagem colonial" nos termos da Lei Federal nº 6.387, de 09/12/76.

O projeto está devidamente justificado e não há qualquer óbice, quer legal quer constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ODENI MONGRUEL

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI N° 177/85

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria dos nobres Deputados Nilso Squarezzi, Dirceu Manfrinato e Orlando Pessuti, tem por finalidade definir, no âmbito estadual a "moagem colonial" nos termos da Lei Federal n° 6.387 de 09/12/76.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a proposição aqui examinada, conforme esclarece a detalhada exposição de motivos, visa beneficiar o agricultor que industrializar o seu próprio produto para consumo e, conseqüentemente fortalecerá a economia municipal e microrregional.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.05.88.

(a) SABINO CAMPOS

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 123/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor GUNTOLF VAN KAICK. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 75/87, de 30.06.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 123/87

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva a concessão de título de "Cidadão Benemérito do Paraná", ao Doutor GUNDOLF VAN KAICK.

Na justificativa apresentada, o autor, em linhas gerais, traça um perfil da vida do homenageado, sobretudo, sobre sua efetiva e dedicada participação na defesa do cooperativismo.

Ressalte-se que a louvável iniciativa do Parlamentar encontra respaldo e ressonância na sociedade paranaense, pois, procura tributar uma justa e merecida homenagem ao cidadão que, ao longo de sua vida, esteve sempre à frente do cooperativismo, procurando incrementar suas idéias e conhecimentos na área, em razão de sua larga

experiência, principalmente, na zona rural.

Por essas razões, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto em tela, onde reconhece o trabalho e dedicação do cidadão ao cooperativismo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 146/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE MANTENEDORA DE ASSISTÊNCIA - SOMA, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no DA n° 51, de 16.06.89.).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N° 146/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Mantenedora de Assistência - "SOMA", com sede e foro na cidade de Londrina.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional do presente plano de lei, notamos a sua conformidade com a Lei N° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estipula normas para a declaração de utilidade pública, tendo a Associação, adquirido personalidade jurídica há mais de um ano, como prova a inscrição N° 1172, do livro A-1, do 2° Ofício de Títulos e Documentos daquela Comarca, realizado em 28 de agosto de 1981. A entidade não remunera, a qualquer título, os cargos da Diretoria e não distribui lucros aos dirigentes, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do artigo 5° e artigo 59, do Estatuto da Instituição.

Sendo assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, opina FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa regimentalmente impedir a sua tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 218/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Infância

Dr. Raul Carneiro, o Hospital de Crianças César Pernetá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Publ. no DA. n° 76, de 24.08.89.)

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 218/89

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, visa AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A DOAR À ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, o Hospital de Crianças César Pernetá.

Trata-se de uma entidade que embora privada, tem caráter comunitário e filantrópico, e sem fins lucrativos, vindo a ser reconhecida como de Utilidade Pública nos três níveis governamentais.

A Associação em questão nasceu da vontade de um grupo de pessoas que pretendiam a priori, suprir as necessidades recursais que o Hospital de Crianças César Pernetá vinha enfrentando, sobretudo na área financeira. No entanto, o envolvimento com o trabalho veio a acarretar a necessidade de ampliar o atendimento às crianças, expandindo assim o campo de ação.

Cabe-se tomar como exemplo o Hospital Pequeno Príncipe, que nasceu da doação de um terreno na Avenida Iguazu à Associação, objeto de projeto de lei de autoria do Ilustre Deputado Anibal Khury, e que veio a receber aprovação por unanimidade desta Casa.

A crescente demanda veio a obrigar a aquisição de uma maior aparato tecnológico, médico e de apoio, acarretando assim a construção de um novo prédio, ligado ao já existente, permitindo assim um aumento na sua capacidade de leitos.

Em 1974, o Hospital de Crianças César Pernetá veio a ser cedido e mantido pela Associação em questão. E a integração dos dois hospitais foi total, prestando desde então serviços médico-hospitalares de elevado nível qualitativo às crianças, formando hoje um grande complexo hospitalar pediátrico e considerado o Centro de Referência Nacional do Sistema Integrado de Cirurgia Cardiovascular do Ministério da Saúde.

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça ao ser chamada a opinar sobre os aspectos constitucional, jurídico ou legal, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela medida ora proposta, dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

Comissão de Saúde Pública
PROJETO DE LEI N° 218/89

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, o projeto de lei em tela tem por finalidade AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A DOAR À ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, o HOSPITAL DE CRIANÇAS CÉSAR PERNETA.

Ao passar pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, esta veio a se pronunciar favoravelmente, pois nos aspectos legal, constitucional ou jurídico, a mesma se encontra em conformidade com as normas vigentes.

Esta Douta Comissão de Saúde Pública, ao ser chamada a se manifestar sobre assuntos de saúde pública, higiene e assistência sanitária, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela presente proposta, pois assim sendo haverá um melhoramento qualificativo no atendimento às crianças, no que diz respeito aos serviços de atendimento ambulatorial, psicologia clínica, internamento, fisioterapia, hemodiálise e hemodinâmica, vindo a legalizar uma situação de caráter legítimo que beneficiará a toda a população de nosso Estado, e não apenas às crianças e outros usuários destes serviços.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.89.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, por favor me dá uma informação. Está circulando aqui na Assembléia, com timbre da Assembléia, por exemplo, número de emendas aprovadas. Tem Deputados aqui com 23, 22, 10, 0, 0, 0, 0, 0.

Por exemplo, Senhor Presidente, eu tenho a Emenda do Tribunal de Alçada, foi aprovada, tenho a emenda, junto com outros Deputados, do Juizado de Menores aprovada, tenho uma série de emendas aprovadas. Eu acho uma brincadeira o que está escrito aqui. Gostaria que o Sr. averiguasse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que o documento é apócrifo e

vai determinar abertura de inquérito, para verificar os responsáveis.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1898, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1885, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1886, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1887, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1888, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1889, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1890, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1891, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1897, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1899, de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Renato Adur, constante do expediente.- **En-**

cerrada a discussão.

Requerimento de n° 1900, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1901, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente.- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 1892, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente.- **Prejudicado.**

Requerimento de n° 1894, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- **Prejudicado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n° 196/88, 132/89

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 220/89

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei Complementar n° 97/89 e dos Projetos de Lei n°s 177/85, 123/87, 146/89, 218/89.

1.^a DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n°s 37/88, 288/88, 343/88, 183/89, 200/89, 207/89 e do Projeto de Resolução n° 54/89.

Levanta-se a sessão.